



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO VEREADOR CABO RODRIGUES**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA**

O Vereador firmatário do presente vem mui respeitosamente solicitar a V. Exa, na forma Legal e Regimental em vigor, que após ser dada ciência ao Plenário desta Casa de Leis e, posteriormente, encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a seguinte:

**INDICAÇÃO Nº /2025**

Solicito ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da secretaria competente, que proceda, VISTORIA e NOTIFICAÇÃO terreno na Avenida Guarani, Esquina com a Rua do Rosario – Bairro São Francisco – Serra – ES.

**JUSTIFICATIVA**

Tal pedido se faz necessário o terreno está muito sujo e a quantidade de Vegetação Exótica no local conforme mostram as fotos, acarreta a possibilidade de doenças, proliferação de insetos. Trata-se de terrenos com mato alto, lixos podendo ter foco de dengue. Manter um lote limpo é essencial para a saúde pública e evita a proliferação de pragas. Pedimos observação neste terreno, visto que, moradores da região informam que se trata de um terreno da Prefeitura da Serra.

**Em anexo foto do local**

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 16 de maio de 2025.

**CABO RODRIGUES  
VEREADOR**

Palácio Judith Leão Castello Ribeiro



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO VEREADOR CABO RODRIGUES

**Art. 42 da Lei 1.947/1996:**

*"Art. 42 O proprietário, titular do domínio útil, compromissário comprador, outorgado ou possuidor a qualquer título, de imóvel ou terreno localizado em zona urbana, fica obrigado a promover, por sua conta e risco, a limpeza geral do mesmo, através da capinagem, roçada mecânica ou manual da vegetação e mato em crescimento desordenado, além da remoção de resíduos e outros elementos misturados à vegetação, de modo a conservá-lo sempre limpo, capinado e isento de quaisquer materiais nocivos à vizinhança e à coletividade, devendo a limpeza do mesmo ser realizada quantas vezes forem necessárias para mantê-lo limpo. Além disso, deverão ser obrigatoriamente murados ou cercados. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018).*

I - Para os fins deste artigo entende-se por: (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

a) *roçada mecânica: aquela efetuada por trator com roçadeira acoplada; (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)*

b) *roçada manual: aquela realizada por homens portando foices, enxadas ou máquinas portáteis movidas a motor; (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)*

c) *remoção de resíduos: a retirada de todo o material inservível do imóvel, tais como: entulho proveniente de construção civil, resíduos domésticos, plástico, metais, papelões, resíduos sólidos e de serviços de saúde, móveis, utensílios e eletrodomésticos descartados, restos vegetais e animais e outros materiais, cuja remoção seja necessária através da utilização de máquinas do tipo pá-carregadeira e caminhões basculantes. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)*

II - Considerar-se-á limpo todo e qualquer terreno devidamente drenado, sem depósito de lixo, detrito ou entulho de qualquer espécie e com cobertura vegetal abaixo de 30cm de altura, em situação permanente, descontadas as áreas reservadas ao passeio público, não podendo existir retenção de líquidos geradores de focos de doenças ou mau cheiro que possam afetar a saúde e o bem estar da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

III - As disposições deste artigo são aplicáveis, também, aos imóveis não utilizados, não habitados ou abandonados e aos que, embora contenham edificações iniciadas e paralisadas, demolidas ou semidemolidas, além daqueles que contenham servidão administrativa. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

IV - Quando o imóvel estiver situado em área de preservação permanente ou em zona de proteção ambiental, definida pela Lei Municipal nº 3.820/2012, o proprietário deverá ter autorização ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

V - Nos casos de necessidade simultânea de capina de vegetação e remoção de entulho e outros elementos misturados à mesma, aplicar-se-á exclusivamente esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

Palácio Judith Leão Castello Ribeiro



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO VEREADOR CABO RODRIGUES

§ 1º O proprietário, possuidor ou detentor de terreno não edificado, que deixar de cumprir as obrigações prescritas no caput deste artigo, será notificado para tomar as providências cabíveis no prazo máximo de 15 dias. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

§ 2º O não cumprimento da notificação implicará na lavratura de auto de infração, sujeitando o infrator à sanção de multa, limitando-se a uma multa por mês no caso de descumprimento. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

§ 3º A multa será aplicada em dobro, quando houver reincidência do infrator dentro do período de um ano da primeira multa. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

I – No caso de novas reincidências, o valor da multa será correspondente ao dobro do valor da última multa aplicada. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018)

II – O infrator retornará à condição de primário, após o período de um ano sem cometer a infração do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018).

§ 4º As notificações e lavratura de autos de infração poderão ser publicadas em jornal de grande circulação, quando o domicílio do proprietário, possuidor ou detentor do imóvel, for incerto ou não sabido. (Redação dada pela Lei nº 4853/2018).



Palácio Judith Leão Castello Ribeiro